

# Ulysses não deverá presidir Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães gosta muito de repetir frase de Miguel de Unamuno, que, ao definir-se como ente político, falou: "Eu sou eu mais as circunstâncias".

Pois as circunstâncias, hoje, parecem indicar para o bravo comandante da resistência contra a ditadura um período de evidente refluxo em suas atividades. Passado o momento das especulações emocionais sobre sua saúde, chega-se à conclusão de que Ulysses Guimarães necessitará, ao menos por razoável temporada, aumentar os períodos de descanso e de repouso, mínimos nos últimos 20 anos, ainda que sem afastar-se da vida pública. Ele é e continuará candidato à reeleição por São Paulo e, sem dúvidas, estará entre os mais votados, se não for o primeiro. Continuará, como símbolo, à frente do PMDB e, no caso da presidência da Câmara, a própria conjuntura contribui para que não precise desdobrar-se, como vinha fazendo. O segundo semestre parlamentar, salvo inusitado, assemelha-se a um vasto hiato político, com deputados e senadores devendo passar a maior parte do tempo em seus Estados, empenhados na campanha eleitoral.

Do que se cuida hoje é do futuro. Ulysses era o candidato natural e já eleito para a presidência da Assembleia Nacional Constituinte. A ele caberia chefiar o esforço em que se lançará o Congresso, em 1987, para elaborar nova Constituição. Era, mas não é mais. Cria-se em Brasília um consenso em torno da ideia de que tamanho sacrifício não lhe deverá ser exigido, em função das circunstâncias.

Assim, acrescida de um componente novo, a equação constituinte começa a ser revista. Quem presidirá os trabalhos? Tudo dependerá, obviamente, da representação partidária a ser eleita em novembro. As bancadas do maior partido, pela tradição e pela lógica, indicarão o presidente da ANC; e nada faz crer que as urnas desmontem o atual esquema de forças. O PMDB deve permanecer como o maior partido, dispondo, até, de condições para ampliar o número de seus deputados e senadores.

No PMDB, quem se coloca para presidir os trabalhos constituintes, como alternativa? Não há, como havia com relação a Ulysses Guimarães, uma candidatura natural. Porque, além de liderança política, o ocupante do cargo deverá ser alguém afeto aos temas jurídicos e institucionais. Muitos nomes se colocam, especulativamente: José Richa, voltando a ser senador. Afonso Camargo Netto, da mesma forma, também pelo Paraná. Egidio Ferreira Lima, de Pernambuco, ou Fernando Lyra, do mesmo Estado. Roberto Cardoso Alves, de São Paulo? Ou Mário Covas?

Faltam indicações naturais, como se percebe. Os nomes referidos eram todos, e continuam sendo, sem exceção, no PMDB, futuros postulantes às presidências do Senado e da Câmara, que funcionarão paralelamente à Assembleia Nacional

Constituinte. Não fugirá deles o preenchimento dessas duas funções futuras, ainda que, no PDS, Flávio Marçillo se encontre em campanha para voltar a presidir a Câmara. Por ironia, ainda que não pelo lei, ele pode ser considerado até candidato nato, já que ocupou a cadeira por três vezes.

O fundamental, vale repetir, é que o PMDB não tem indicações capazes de fluir naturalmente para a presidência da Assembleia Nacional Constituinte. Por conta disso, começa a ser imaginada outra solução. As presidências da Câmara e do Senado ficariam com o PMDB, mas a presidência dos trabalhos constituintes poderia ser oferecida ao PFL. Porque o PFL tem uma solução natural. Trata-se do ministro Marco Maciel, atualmente no Gabinete Civil, depois de haver exercido a Pasta da Educação. Enquadra-se nos requisitos citados acima, melhor do que qualquer outro.

De que maneira, porém, imaginar o PMDB cedendo espaço ao seu principal concorrente partidário, apesar do formalismo da Aliança Democrática? As bancadas vão chiar, ou melhor, já começaram multiplicando-se esses efeitos depois de conhecidos os vencedores de novembro. Comenta-se, no Congresso, que o presidente José Sarney veria com bons olhos a hipótese. Por um lado, Marco Maciel está submetido a verdadeiro massacre no exercício de suas funções atuais, sem que de todo o seu trabalho estejam decorrendo dividendos políticos. Ao contrário, ele desgasta-se, obriga-se a ficar no meio dos trotelos ministeriais e nem consegue tempo para cuidar da política de Pernambuco, como gostaria. De outro, seria uma fórmula capaz de contrabalançar a prevalência peemedebista no cenário político atual.

De Marco Maciel não se obtém a menor referência à possibilidade. Empenhado no Gabinete Civil, mantém-se à margem das especulações. Mas não recusaria a missão, como não recusou quantas lhe foram apresentadas, da presidência da Câmara nos anos 70 ao governo de Pernambuco e ao desafio das urnas para o Senado, em 1982. Depois, o Ministério da Educação, o Gabinete Civil e, quem sabe no próximo ano, a presidência da Assembleia Nacional Constituinte.

De tudo, uma lição. O político, realmente, é ele mais as circunstâncias. No caso de Ulysses, porque essas, salvo reviravolta, afastam-no de seu caminho natural, ainda que não devam afastá-lo da vida pública. No caso de Maciel, porque, há um mês, quem cogitasse de vê-lo como hipótese para os trabalhos constituintes corria o risco de ser preso como boateiro.

Apesar de o Congresso andar vazio, despojado de debates e de discussões, foi esse tema que reuniu, dois dias atrás, os principais líderes do PMDB, de Pedro Simon a Raphael de Almeida Magalhães, de Renato Archer a Severo Gomes e a Pimenta da Veiga. Mais delicada, a situação não poderia ser. Mas é. Determinada pelas circunstâncias.

C.C.